



Estados Unidos: na direção do Império?

João Fábio Bertonha*

Cerca de dois anos atrás, publiquei um pequeno artigo ("Entre equilíbrio, hegemonia e Império: Os Estados Unidos no século XX" in *Espaço Acadêmico*, coluna "Política Internacional", Maringá, 17/3/2000, www.espacoacademico.com.br), no qual discutia o caráter da presença americana no sistema internacional contemporâneo. Utilizando as reflexões de Raymond Aron, discuti as noções de potências em equilíbrio, hegemonia e Império. Naquele momento, minha conclusão era de que os Estados Unidos sempre foram uma potência de tendências hegemônicas e que não se configurava em um Império, o que era confirmado pela sua História. Acompanhei, de fato, a história do expansionismo americano desde o século XIX até a década de noventa do século passado e tudo parecia indicar que o padrão anti-imperial (não necessariamente anti imperialista) de sua política internacional continuava.

Realmente, com o fim da URSS, os Estados Unidos assumiram o papel de única superpotência: incontestemente militarmente, a número um em termos econômicos, a grande difusora de modelos culturais e de padrões tecnológicos pelo mundo, etc. Mesmo assim, os Estados Unidos hesitavam em assumir o papel de "polícia do mundo" ou em anexar todo o planeta como sua província. Novamente, Washington parecia preferir deixar as aparências triunfarem e mostrar que não era um Império que ia impor sua vontade integralmente a todos. Quando isso fosse necessário para a prosperidade e a segurança do país, o poder de sua hegemonia seria aplicado e, no limite, intervenções imperiais poderiam ser usadas para manter a ordem. No mais, os problemas

"Ironicamente para os que previam a decadência dos EUA nos anos 90 em favor, por exemplo, do Japão ou da Alemanha, a América continua incontestemente como primeira potência mundial, com tudo de bom e de mau que isso traz para o resto do planeta"

* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da mesma Universidade e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

e questões internos dos Estados “hegemonizados” podiam ser deixados de lado, o que pouparia recursos e preocupações aos Estados Unidos. A criação de um Império universal sob o controle firme e total de Washington parecia pouco provável e mesmo pouco desejável, tanto pelas resistências brutais que ele ocasionaria, como pela relutância dos EUA em assumir o ônus da conquista global.

Hoje, o poder americano continua onipresente no mundo e os atentados do 11 de setembro mais o fortaleceram do que o enfraqueceram, para possível decepção de Bin Laden. Ironicamente para os que previam a decadência dos EUA nos anos 90 em favor, por exemplo, do Japão ou da Alemanha, a América continua incontestemente como primeira potência mundial, com tudo de bom e de mau que isso traz para o resto do planeta.

O que assusta um pouco é a convicção que começa a se firmar na nova liderança conservadora de Washington (e que os acontecimentos no World Trade Center e no Afeganistão, infelizmente, não mudaram) de que os Estados Unidos podem fazer o que quiserem e como quiserem no mundo, doa a quem doer, o que se configura em sabotagem de organizações multilaterais e diminuição do esforço em convencer inimigos e aliados de que os interesses americanos são os seus. Submetam-se, e pronto.

Mais assustadora ainda é a crescente concordância, nos círculos intelectuais e políticos americanos, com a idéia de que os Estados Unidos não só podem como devem ser um Império, empregando diretamente todo o seu poder e sem preocupações em manter as aparências. Artigos no *Weekly Standard* e várias conferências em abril desse ano e livros de autores como Robert Kaplan (*Warrior Politics? Why Leadership Demands a Pagan Ethos*, Random House, 2001) estão defendendo abertamente essa posição.

Num certo sentido, esse Império mundial sob liderança americana já existe, no formato de sua hegemonia militar e política e na coordenação das elites

dominantes internacionais em torno das perspectivas e pontos de vista americanos. Ou seja, o Império americano poderia ser confundido com a constituição do mercado capitalista mundial e com o neoliberalismo – (como propuseram Antonio Negri e Michael Hardt em seu livro *Empire* (Harvard University Press, 2000) – e seria até superior ao Estado nacional americano. Uma perspectiva razoável, mas que só se torna aceitável se mantivermos em mente que, dentro desse Império global, os Estados Unidos continuam funcionando como o centro do sistema. O que os defensores do novo imperialismo em Washington parecem dizer é que seria fundamental que o peso da América dentro desse Império global fosse ainda mais reforçado e definido, sem preocupação com detalhes como susceptibilidades locais ou vontades outras, pois a dominação imperial seria a melhor não apenas para os EUA, como também para os dominados.

Robert Kaplan, por exemplo, sustenta que uma Pax Americana, garantida pelo Império, seria a melhor para garantir paz e estabilidade mundiais. Um inglês, assessor de Tony Blair, Robert Cooper, diz algo parecido: um imperialismo moderno, democrático, exportador de direitos humanos e civis seria um ótimo meio de fazer a paz e a prosperidade crescerem no mundo. Só o Império seria capaz de conter a desagregação das sociedades e este seria um Império voluntário, a que as nações adeririam voluntariamente, como ocorre na União Européia. Cooper e Kaplan estão trabalhando em comprimentos de onda diferentes, mas não deixa de ser relevante como a idéia de domínio imperial, não importando aqui qual a definição de imperial, está retomando credibilidade no mundo desenvolvido.

O imperialismo de Cooper não deixa de me atrair, pois não consigo aceitar a idéia de que a autodeterminação dos povos seja desculpa para massacres, guerras, miséria e outros pontos que um imperialismo benigno poderia ajudar a corrigir. No entanto, a praticidade da proposta é questionável, dados os interesses envolvidos. Afinal, historicamente, os Impérios trouxeram paz, estabilidade e prosperidade

econômica para muitas regiões do planeta. Mas, muitas vezes, a paz não era justa, a estabilidade fictícia e a prosperidade era apenas para alguns. Assim, temos que ter cuidado com propostas como esta, pois os limites entre a defesa dos direitos humanos e o imperialismo são fluidas. É possível aceitar mecanismos para que ditadores e todo tipo de guerras e atrocidades não se escondam sob a capa do respeito cultural e da soberania absoluta dos Estados, mas, ao mesmo tempo, é preciso ter cuidado para eles não sejam simplesmente novos disfarces para o colonialismo.

Na proposta dos conservadores americanos, além disso, está implícito o risco de que os EUA superestimem suas forças e se envolvam em conflitos e problemas além dos seus poderes, minando ainda

mais a estabilidade mundial. Os EUA podem ser a nova Roma, mas, como escreveu Eric Hobsbawm, o mundo se tornou grande e complexo demais para ser dominado por um único Estado, e a direita americana deveria ter um pouco mais de cuidado com o que pensa e faz.

O historiador Paul Kennedy, recentemente, classificou a opinião pública internacional em três grupos: os que amam incondicionalmente os EUA, os que os odeiam e os que se preocupam com eles. O último grupo é aquele formado por pessoas intrinsecamente amigas dos Estados Unidos e que admiram seus valores democráticos e suas realizações, mas que estão preocupados com os rumos que a República está tomando. Com absoluta certeza, me incluo nesse último.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A campanha presidencial de 2002 e a insustentável leveza de “ser de esquerda”

Albene Miriam F. Menezes**
Regina Martinez**

O cenário eleitoral ainda está indefinido, os vários institutos de pesquisa demonstram percentuais altos de eleitores que não fecharam suas escolhas. Portanto, mesmo boas análises feitas por inteligências coroadas e pelos detentores de informações privilegiadas não têm como produzir previsões mágicas, neste momento, sobre o resultado desta campanha.

No entanto, já temos, na saída, o grande perdedor: é a mística da esquerda. Ser de esquerda, para os candidatos, é quase um carimbo no passaporte para o sucesso. É como se, no imaginário dos eleitores, pertencer à esquerda desse credibilidade à figura do candidato. O que está por trás deste “ser de esquerda”? No mínimo, a oposição à ditadura militar e os efeitos sofridos por quem, na época, participou dos movimentos de esquerda.

Não é à toa que o candidato do PSDB, José Serra, no primeiro debate de televisão fez questão de enfatizar o fato de ter sido oposição à ditadura, ter militado na esquerda e, por isso, ter sido exilado. Essa ênfase tem uma razão de ser: o fato de Serra ter o apoio ostensivo do presidente Fernando Henrique significa “ser da situação” e, portanto, ser pela continuidade. Já o seu passado de esquerda projeta uma imagem de ruptura, que é reforçada pelo discurso do candidato quando ele diz: “sou candidato do meu governo”.

Luiz Inácio Lula da Silva cultiva também a imagem de sua trajetória de esquerda, com origem nos movimentos operários, como liderança

incontestável dos metalúrgicos do ABC. No seu caso, porém, “ser de esquerda”, tendo uma origem social operária, parece ter efeito paradoxal: gera credibilidade e rejeição. O alto nível de rejeição de Lula poderia ser associado à sua militância operária e posições de esquerda? Ou muito mais a preconceitos contra seu perfil de origem humilde associado a um baixo nível de escolaridade? Seja qual for a resposta, o fato é que o “ser de esquerda” de Lula, nesta campanha de 2002, teve estrategicamente sua imagem suavizada e suas propostas de governo foram posicionadas mais ao centro.

Diante de argumento tão mobilizador de corações e mentes – o “ser de esquerda”, os demais candidatos foram obrigados a remexer no baú do passado e tirar dele suas militâncias políticas. Ciro e Garotinho são bem mais jovens do que Serra e Lula e eram crianças em 1964. Obviamente, não podem dizer que participaram dos movimentos contra a ditadura militar ou que sofreram qualquer efeito de seus famosos “porões”. Nesse caso, alternativamente, batem firme na idéia de “ser oposição” ao Governo FHC e ao PSDB.

O correspondente a “ser de esquerda”, em Ciro Gomes, pode ser entendido pela declaração do seu “constrangimento” em ter, um dia, assinado a ficha de adesão à Arena Jovem. Anthony Garotinho é mais impetuoso e arrojado ao afirmar publicamente que sofreu com a repressão no período militar, ao que uma figura política do PSDB respondeu: “só se tiverem tirado dele a mamadeira quando estava na creche!” Mas

* Doutora em História das Relações Internacionais pela Universidade de Hamburgo/Alemanha e professora do Departamento de História da Universidade de Brasília.

** Jornalista, professora do Centro Universitário de Brasília – UniCeub, mestre em História Econômica pela London School of Economics e doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

Garotinho está batendo forte também, como Ciro, na tecla que toca o eleitorado: a oposição forte ao continuísmo e a Fernando Henrique Cardoso.

Seja como for, o que tem ficado evidente é que os quatro candidatos melhor situados nas pesquisas de intenção de voto procuram, em termos de idéias políticas, se situar mais ao centro. Olhando retrospectivamente a história de vida dos presidenciáveis, é perfeitamente possível distinguir um passado de esquerda ou mais de direita. Não obstante essas origens, as trajetórias políticas destes candidatos demonstram, com clareza, um movimento convergente em direção ao centro. As explicações para essa convergência advêm de diversos fatores, cada um deles com diferentes pesos. Ilustrativamente cita-se a falta de uma legislação política e de partidos consistente, que acaba admitindo casuísmos.

A convergência dos candidatos ao centro também se deixa explicar pela necessidade de vir a representar e trabalhar em prol da conjugação dos diferentes interesses das elites econômico-financeiras. Não seria possível ganhar as eleições presidenciais sem levar em consideração estes segmentos.

A verdade é que temos, no Brasil, um “status quo” formado por elites político-econômico-sociais que, inclusive, dão uma feição conservadora ao país, embora seus membros não sejam sempre os mesmos. Existe sim uma mobilidade social, com ascensão de representantes de camadas mais populares, que passam a fazer parte das instâncias que têm poder de decisão. Apesar desta mobilidade social, a feição conservadora destas elites sempre se reproduz.

Afinal, o que impulsiona os candidatos a se

cobrirem de uma roupagem de idéias que os levam à convergência para o centro? Exatamente a necessidade de distinguir-se das suas posições políticas de origem, para tornarem-se mais palatáveis e aceitos por esses segmentos sociais com poder decisório até o ponto de ter deles algum nível de adesão (sem falar das inflexões originadas do exterior). Por outro lado, há também a necessidade de compatibilizar o perfil de cada um com as expectativas de democracia dos eleitores.

Pobre imagem de esquerda!

Depois de ser tão usada para legitimar (com propriedade) biografias, legitimar posições ambíguas, por vezes se confundindo com uma simples oposição de momento, ela perde muito de sua força e, por decorrência, de sua mística. Certamente, depois destas eleições, o encanto que vinha dos partidos e figuras políticas de esquerda ficará bem mais desgastado, assim como vai ficando mais distante o horizonte de esperanças trazidas pelos seus ideais.

Ao que parece, se os resultados dessas eleições ainda estão indefinidos, uma página de sua crônica, porém, já está escrita: evanesce-se certa aura mítica pela

banalização do uso da imagem “ser de esquerda” em função das atuações pragmáticas com o objetivo de chegar ao centro do poder.

Ora, se o “ser de esquerda” traz em si, entre outras, a idéia de tentar realizar o sonho da sociedade ideal, a cada campanha o seu uso predador nos afasta do *IDEALISMO*, de obter a realização de uma utopia desejada, e acaba por nos aproximar do *REALISMO* e de seus pontos de vista que têm por objetivo buscar somente a *arte do possível*.

A verdade é que temos, no Brasil, um “status quo” formado por elites político-econômico-sociais que, inclusive, dão uma feição conservadora ao país, embora seus membros não sejam sempre os mesmos. Existe sim uma mobilidade social, com ascensão de representantes de camadas mais populares, que passam a fazer parte das instâncias que têm poder de decisão

O Unilateralismo Republicano e a Campanha do Deserto

Gustavo Henrique Cocentino Ramos*

Um ano após perpetrados atos terroristas em marcos da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos, significativa parcela da sociedade norte-americana persiste amparando, com posicionamento acrítico e consentimento à perda de liberdades civis, políticas de segurança e estratégias que tentam impedir ou prevenir futuros ataques de facções fundamentalistas islâmicas contra seu território e população.

A relação entre crise econômica e guerra é histórica e amplamente conhecida. A situação econômica nacional desfavorável e a agitação financeira em Wall Street, que podem ser aliviadas ou até mesmo revertidas com um eventual conflito militar, são compreendidas como elementos decisórios importantes para a nova empreitada republicana no Oriente Médio.

Para a *intelligentsia* conservadora no poder em Washington, trata-se de período conveniente para ataque ao Iraque de Saddam Hussein e, não obstante a falta de consenso doméstico e articulação multilateral em torno da questão, o governo republicano estuda uma grande ofensiva, que pode ocorrer antes mesmo das eleições legislativas de novembro.

As lições aprendidas com o fracasso da operação Tempestade no Deserto contribuem para os preparativos da próxima intervenção militar, que almeja obter sucesso na remoção definitiva do regime: conversas estão sendo mantidas com grupos

oposicionistas do Iraque e a preparação minuciosa para uma guerra pontual pode ser averiguada em estudos detalhados coordenados por Anthony Cordesman, do Center for Strategic and International Studies (CSIS).

Esse prestigioso think-tank bipartidário norte-americano, em cujo corpo de pesquisadores destacam-se Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, mantém programa com objetivo de identificar as armas militares iraquianas, fornecendo dados detalhados sobre as forças aéreas e terrestres comandadas pelo governante árabe.

Foreign policymakers norte-americanos ignoram a possibilidade

de retorno dos inspetores de armas que deixaram o Iraque em 1998, pois compreendem que o eventual restabelecimento das inspeções não diminuiria a preocupação dos Estados Unidos quanto às reais intenções de Saddam Hussein. Matérias recentes publicadas em jornais norte-americanos apontaram a possibilidade de envolvimento do regime de Bagdá nos ataques de 11 de setembro, provável fato que serviria aos interesses americanos, constituindo pretexto para a nova ofensiva. O convite para o retorno dos inspetores feito pelo Iraque foi, portanto, recebido com ceticismo pelo governo Bush e pelo Conselho de Segurança da ONU.

O unilateralismo republicano emerge revigorado enquanto cresce a oposição externa a uma nova campanha do deserto. Nesse contexto, Teerã e Riad

“As lições aprendidas com o fracasso da operação Tempestade no Deserto contribuem para os preparativos da próxima intervenção militar, que almeja obter sucesso na remoção definitiva do regime...”

* Cientista Político e doutorando do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPA-/UnB).

vêm se posicionado contra uma ação na região. A Arábia Saudita, de localização estratégica para o futuro ataque no Oriente Médio e que cedeu seu território durante a Guerra do Golfo, não está disposta a oferecer suas bases. De acordo com *The Independent*, grupos de *intelligentsia* do Foreign Office também são contrários ao ataque e o premier Blair mantém agora uma postura negociadora, baseada em pesquisas que apontam a população britânica como desfavorável à ação. Rússia, parceiro comercial do Iraque, provavelmente manterá a mesma posição crítica da Guerra do Golfo. Os franceses também vêm a possibilidade de ocupação do Iraque pelos norte-americanos como uma perda de poder, uma vez que um governo pró-América provavelmente seria estabelecido posteriormente, diminuindo ainda mais a influência européia na região.

No cenário doméstico, os partidos políticos estadunidenses discutem os poderes do Executivo e do Congresso sobre a declaração de guerra. Como o histórico de unilateralismo republicano é extenso, é possível que o governo Bush declare guerra sem obter inicialmente a autorização expressa do Congresso, alegando poderes presidenciais e a necessidade de ação imediata para a defesa vital de interesses nacionais.

Em artigo recente, Henry Kissinger defende que um conflito dessa proporção não deve ficar restrito ao Executivo, mas precisa envolver a população e o Congresso. Afirma, contudo, que se o perigo do radicalismo fundamentalista existe, aguardar muito tempo apenas ampliaria a possibilidade de chantagem e que intervir no Iraque torna-se então um imperativo. No entanto, por reconhecer que uma intervenção militar com intuito de mudança de regime desafiaria o sistema internacional acordado pelo Tratado de Westphalia e estaria na contramão do direito internacional moderno, sugere: “Mesmo quando os EUA agem sozinhos em questões que afetam sua segurança nacional, como o Iraque, é de nosso interesse nacional fazer nossa ação ser acompanhada de um programa de reconstrução posterior à guerra, transmitindo ao resto do mundo a idéia de que nossa primeira guerra antecipada e preventiva foi imposta pela necessidade e que buscamos defender não apenas nossos interesses, mas os do mundo” (Folha de S. Paulo, 11 de agosto de 2002).

A idéia de nation-building no Iraque tem sido estrategicamente defendida por aqueles que crêem que as rivalidades entre as facções oposicionistas no país possam possibilitar a ascensão indesejada do

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI .

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

movimento independentista dos curdos e a criação de um Estado do Curdistão após a derrocada do regime de Saddam Hussein.

Em recente audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado, congressistas norte-americanos se mostraram favoráveis ao ataque, mas ainda divergem quanto à forma de proceder para a mudança de regime. Enquanto Donald Rumsfeld, Secretário de Defesa, prefere a estratégia do ataque total, setores militares vêm com ceticismo esse tipo de ação e alguns preferem a continuidade da política de contenção, o incentivo ao retorno dos inspetores, o fortalecimento da oposição e o regime de sanções.

Um crítico conservador da estratégia de invasão é Samuel Huntington, para quem uma ação militar traria ainda mais problemas e causaria grande descontentamento no Oriente Médio. Para Huntington, a posição norte-americana pró-Israel deve ser abandonada e uma política balanceada deve ser adotada para a conturbada região. Outro elemento agravante é a liderança israelense do ultraconservador

Ariel Sharon, que declarou que, diferentemente da Guerra do Golfo, dessa vez retaliará eventuais ataques de mísseis perpetrados por Saddam Hussein na Terra Santa.

A intervenção no Iraque pode não acontecer este ano, mas tropas estão sendo movimentadas e divisões militares norte-americanas foram destacadas para a região. Os preparativos para a campanha no deserto devem ser observados no contexto de uma nova estratégia de guerra para “mudança de regime”, com um objetivo pouco difuso que requer um planejamento sofisticado. Verifica-se nesse imbróglio do Oriente Médio que o unilateralismo republicano enfraquece ainda mais o funcionamento adequado do sistema das Nações Unidas e das relações multilaterais, revelando também a fragilidade constitucional dos Estados Unidos, onde minorias esclarecidas começam a questionar a manipulação antidemocrática e eleitoreira do discurso do bem contra o mal ou da guerra indiscriminada e perpétua contra um terrorismo de inimigos dispersos.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *ReINet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2001 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

A questão de Taiwan e o interesse brasileiro na parceria estratégica com a China

Paulo Antônio Pereira Pinto*

A disputa entre Pequim e Taipé pela soberania sobre a ilha de Formosa transcende a mera curiosidade quanto à essência do debate entre a posição da RPC – de fazer prevalecer a idéia de “um país, dois sistemas” – e a de Taiwan – de propor “um país, dois governos”.

Implicações deste debate resultam na inclusão de temas relevantes na agenda de preocupações de países, cuja amizade é objeto de rivalidade entre os antigos combatentes da Guerra Civil chinesa, bem como se situam em áreas de interesse para ação diplomática brasileira: a América Central e a África.

No essencial, a República Popular reivindica o reconhecimento internacional como a única China, em função da abrangência de suas relações diplomáticas, que não incluem apenas os 27 países de pequena expressão, que mantêm Embaixada em Taipé. Com base nesse amplo apoio, os chineses enfatizam a inviolabilidade de sua soberania, bem como invocam o princípio de não interferência em seus assuntos internos – entre os quais incluem a questão formosina.

De sua parte, Taiwan, a partir de 1.991, deixou de reivindicar a condição de sede do Governo da China, como um todo, passando a postular fórmula de “double recognition”. Autoridades locais têm procurado legitimar a convivência entre as nações, a partir de sua crescente integração na economia internacional, bem como pela adoção de formas de governança aceitas como democráticas no ocidente. Assim, é possível identificar três tópicos principais, em torno dos quais se desenvolve o debate: a ênfase na legitimidade; a questão da soberania versus interdependência; e a competição entre o princípio da não-interferência e o da auto-determinação.

No que diz respeito à legitimidade, ambas as partes a reivindicam, alegando que sua respectiva postura estaria adequada a percepções modernas. A China aponta sua participação da ONU e o reconhecimento generalizado de seu Governo como fundamentos que, a seu ver, serviriam para defender interesses dos países em desenvolvimento, diante da ameaça de que o processo de globalização da economia, de formas de governança e de valores poderá colocar em risco o princípio da soberania dessas nações.

Taiwan alega que a RPC estaria na contramão da história, na medida em que se recusaria a aceitar “realidades do mundo pós-Guerra Fria”, onde a “ameaça da utilização da força, como forma de resolver divergências ideológicas, estaria superada (?)” e “novas modalidades de cooperação consolidar-se-iam”. Democracia, liberdade de expressão e economia de mercado seriam, agora, os fatores determinantes dos “países vencedores da bipolarização entre capitalismo e socialismo”. O modelo taiwanês deveria, portanto, servir de inspiração para nações que desejarem modernizar-se.

Quanto à oposição entre soberania nacional e interdependência, Pequim baseia-se fortemente nos chamados “cinco princípios de convivência pacífica”, sustentáculo de sua política externa. Ao reivindicar absoluto respeito a sua soberania sobre Taiwan, enquanto salienta a necessidade da mesma postura em relação a outros Estados, a RPC defende ser este um dos fundamentos de uma nova ordem internacional. Tal política é aplicada pelos chineses, por exemplo, em relação à África, onde mantêm vigorosamente o apoio à soberania e independência de cada país, condenam qualquer interferência externa e, como resultado, pre-

* Diplomata de carreira, já serviu por mais de treze anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

gam o direito de cada nação escolher o sistemas político e econômico próprios.

Em contrapartida, Taiwan posiciona-se como ator a ser reconhecido em um mundo crescentemente globalizado, onde – parece acreditar – “o Estado tradicional teria sua importância reduzida”. Ao mesmo tempo em que aparece lutando ferozmente – inclusive com seus amplos recursos financeiros – para manter e expandir seus vínculos diplomáticos, Taipé busca também integrar organizações internacionais, como a ONU e OMS, reservadas a Estados. Sempre que não atinge seus objetivos, retorna ao argumento de que a ausência de relações oficiais com o exterior não seria fator impeditivo, para sua participação da nova ordem internacional política e econômica.

A respeito de não-interferência *versus* auto-determinação, a China não se preocupa com a opinião internacional quanto à legitimidade do processo de reunificação da ilha – que considera rebelde.

Como se sabe, Pequim tem reiterado que não renunciaria ao emprego da força, caso Formosa chegasse ao extremo de declarar-se independente. Tal postura é resultado da já mencionada ênfase no fato de que se trata de problema de política interna de um Estado independente. Qualquer opinião externa, portanto, é considerada como interferência em assunto doméstico.

Taipé, de sua parte, procura introduzir o conceito de auto-determinação como obstáculo legítimo à reintegração nos moldes acenados por Pequim. Segundo têm amplamente divulgado, os taiwaneses procuram utilizar o termo “auto-determinação” não como sinônimo de independência. Tratar-se-ia de um conceito mais amplo, que buscaria garantir uma espécie de “poder de veto” ao “timing”, natureza e termos de inserção futura da ilha em “entidade política chinesa maior”. Segundo esta perspectiva, Taiwan

desfrutaria de indiscutível personalidade internacional, em virtude de ter existência política legitimizada por eleições livres.

Conforme mencionado acima, os dois conjuntos propostas têm implicações para o Brasil, na medida em que estão sendo incluídos

na agenda de preocupações de países onde existem interesses importantes para nossa ação diplomática. Assim, Taiwan utiliza sua diplomacia financeira, dispondo-se, segundo amplamente divulgado pela imprensa internacional, a contribuir para a formação de uma área econômica na América Central e Caribe, em troca do reconhecimento diplomático de um governo soberano em Taipé. Junto com o aporte de capital são transferidos, também, conjunto de valores que fortalecem as tendências do processo atual de globalização, no sentido de que o mundo estaria prestes a padronizar-se em função das mesmas formas de produção e governança. De sua parte, a RPC

produz discurso que contradiz frontalmente a visão prospectiva dos formosinos, enquanto contribui para uma postura política que leve em conta o fortalecimento da soberania nacional, como elemento importante para um novo ordenamento mundial.

A questão sobre a reunificação de Taiwan, portanto, oferece oportunidades e desafios para a interlocução brasileira com diferentes parceiros. Por um lado, o debate sobre o futuro da ilha proporciona opções que fortalecem relacionamento estratégico de longo prazo com a China, favorável a novo ordenamento mundial, que não se resuma a submeter-se ao fenômeno avassalador da globalização. Por outro, apresenta soluções para estabelecer, com os taiwaneses, empreendimentos econômicos de tempo e alcances limitados, expressos em intercâmbio comercial e captação de investimentos.

“A respeito de não-interferência versus auto-determinação, a China não se preocupa com a opinião internacional quanto à legitimidade do processo de reunificação da ilha – que considera rebelde. Como se sabe, Pequim tem reiterado que não renunciaria ao emprego da força, caso Formosa chegasse ao extremo de declarar-se independente”

Soberania e Direitos Humanos: dois conceitos irreconciliáveis

Valerio de Oliveira Mazzuoli*

O aumento gradativo da participação dos Estados no sistema internacional de proteção dos direitos humanos, bem como o reconhecimento, por vários desses Estados, da jurisdição dos órgãos de monitoramento pertinentes, tem levado alguns internacionalistas a um reestudo da questão atinente ao dogma da soberania estatal, redefinindo o seu papel para a satisfação da justiça globalizada em sede de proteção internacional dos direitos humanos.

Em decorrência do processo de internacionalização dos direitos humanos, advindo do pós-Segunda Guerra, em virtude das barbáries cometidas pelo regime nazista no Holocausto, o conceito tradicional de soberania, que entende ser ela um poder ilimitado do Estado em relação ao qual nenhum outro tem existência (quer interna quer internacionalmente), passa a, lenta e gradativamente, enfraquecer-se.

À medida que os Estados assumem compromissos mútuos em convenções internacionais de proteção dos direitos humanos, que diminuem a competência discricionária de cada parte contratante, eles *restringem* sua soberania e isto constitui uma tendência do constitucionalismo contemporâneo, que aponta a prevalência da concepção monista internacionalista para a regência das relações entre o direito interno e o direito internacional. E tal restrição encontra seus limites, internamente, na personalidade reconhecida do indivíduo e, externamente, no direito internacional reconhecido por esses mesmos Estados. Por força desse reconhecimento, os Estados se auto-restringem em sua soberania, sem que possam, em seguida, juridicamente, libertar-se por um ato de vontade própria e exclusiva, das obrigações impostas a si mesmos.

Essa nova mentalidade em relação ao conceito tradicional de soberania tem levado alguns autores a, até mesmo, negar o seu plano de existência no contexto internacional, notadamente no cenário internacional de proteção dos direitos humanos.

Assim é que muitos autores chegam mesmo a *negar* a soberania do Estado, tal como definida por Jean Bodin desde o século XVI, posto não passar ela de uma competência delegada pela comunidade internacional, no interesse geral da humanidade, o que resulta no entendimento de que existe não só um direito internacional, mas também um direito supranacional ou *humano*, estando a liberdade do Estado circunscrita tanto por um quanto pelo outro.

Soberania, em realidade, é o poder que detém o Estado de impor, *dentro de seu território*, suas decisões em último grau, isto é, de editar suas leis e executá-las por si próprio, sem a interferência de terceiros. É o poder que, dentro do Estado, *internamente*, não encontra outro maior ou de grau superior.

No âmbito externo, entretanto, o mesmo não acontece. Os Estados, nas suas relações internacionais, encontram-se pareados, em situação de coordenação, ou seja, em plena igualdade jurídica. Assemelham-se, pode-se assim dizer, a vitórias-régias que pairam, soberanas, sobre o limbo. Assim, todos eles, no contexto internacional, têm o mesmo *status*, seja uma grande potência, ou mesmo uma pequena Nação.

A noção de soberania, aliás, nem é inerente à concepção de Estado. Surgiu da luta que os Estados nacionais tiveram que travar, externamente, contra a Igreja, que os pretendia colocar ao seu serviço, e con-

* Advogado no Estado de São Paulo e professor de Direito Internacional Público e Direitos Humanos na Faculdade de direito de Presidente Prudente-SP.

tra o Império Romano, que os considerava como simples províncias; e internamente, contra os senhores feudais, que procuravam igualar-se com os Estados, atribuindo-se poder próprio, independente e autônomo.

Sem embargo de desaparecidos os motivos que a determinaram, a concepção de soberania ainda subsiste, embora fragilizada pela pressão das necessidades históricas, notadamente pelo sistema internacional de proteção dos direitos humanos, que, reagindo incessantemente contra o seu conceito original, tal como identificado por Bodin, acabou de fato por transformá-lo, nas palavras de Pedro Baptista Martins, num “adorno extravagante”, inteiramente vazio de sentido.

As modernas relações internacionais não se compadecem, pois, com o velho e arraigado conceito de soberania estatal absoluta, e pretendem afastá-lo para cada vez mais longe, a fim de tornar mais viáveis as relações entre os Estados, dando a estes direitos, mas também obrigações na órbita internacional. Trata-se, como se vê, da verdadeira negação do conceito de soberania no cenário político internacional.

Em se tratando da proteção internacional dos direitos humanos, a noção clássica de soberania sofre, ainda, uma outra transformação. No presente domínio da proteção internacional de direitos, os Estados perdem a discricionariedade de, internamente, a seu alvedrio e a seu talante, fazer ou deixar de fazer o que bem lhes convier. Neste contexto é que devem os Estados-partes num tratado internacional, cumprir todo o acordado, sem objetar disposições de seu direito interno como justificativa para o não-cumprimento do que foi pactuado. Há, pois, neste cenário inter-

nacional de proteção dos direitos humanos, um enfraquecimento da noção da não-interferência internacional em assuntos internos (Carta das Nações Unidas, art. 2.º, alínea 7), flexibilizando, senão abolindo, a própria noção de soberania absoluta.

Não existem direitos humanos globais, internacionais e universais, sem uma soberania flexibilizada vista sob uma nova ótica, o que impediria a projeção desses direitos na agenda internacional contemporânea.

Inúmeros países, invocando a doutrina da soberania estatal absoluta, têm mesmo se utilizado do princípio da não-intervenção em assuntos internos, principalmente quando estão em posição defensiva em relação aos seus deveres internacionalmente assumidos, em matéria de proteção dos direitos humanos. Não é esta, entretanto, a melhor exegese do art. 2.º

(7) da Carta das Nações Unidas, já antes referido. O respeito aos direitos humanos não é assunto de interesse *exclusivamente interno* de um Estado, mas sim de toda a comunidade mundial. A não-ingerência em assuntos internos não pode ser interpretada como pretendendo limitar o mecanismo de monitoramento internacional no que tange à proteção dos direitos humanos. Esses direitos, pela universalidade, indivisibilidade e interdependência que os caracterizam, não dizem respeito *estrito* a um ou outro Estado, mas a *todos* os Estados conglobados na comunidade internacional.

Se existe noção alheia à de proteção internacional dos direitos humanos, esta noção é da soberania. É irreconciliável, pois, o seu fundamento com a dinâmica internacional de proteção de direitos, o que implica necessariamente na abdicação ou afastamento

“Em se tratando da proteção internacional dos direitos humanos, a noção clássica de soberania sofre, ainda, uma outra transformação. No presente domínio da proteção internacional de direitos, os Estados perdem a discricionariedade de, internamente, a seu alvedrio e a seu talante, fazer ou deixar de fazer o que bem lhes convier”

daquela noção tradicional, em prol da efetiva proteção dos direitos humanos no planeta.

A verdadeira soberania deveria consistir numa cooperação internacional dos Estados em prol de finalidades comuns. Um novo conceito de soberania, afastada a sua noção tradicional, aponta para a existência de um Estado não isolado, mas incluso numa comunidade e num sistema internacional como um todo. A participação dos Estados na comunidade internacional, protegendo e amparando os direitos humanos, esta sim, seguindo-se essa nova trilha apontada pela nova tônica das relações internacionais, deveria ser considerada um ato de soberania por excelência.

Em suma, quando um Estado ratifica um tratado de proteção dos direitos humanos, não diminui ele sua soberania (entendida agora em sua concepção contemporânea), mas, ao contrário, pratica um verdadeiro ato soberano, e o faz de acordo com a sua Constituição e com os princípios e normas que regem o direito internacional contemporâneo.

Uma das manifestações que ainda remanesce da noção tradicional de soberania, a da assim chamada “competência nacional exclusiva”, encontra-se há mais de duas décadas definitivamente superada pela própria atuação, com aquiescência dos Estados, dos órgãos de supervisão internacionais, inclusive no plano global

(Nações Unidas), não ousando nenhum governo, nos nossos dias, de boa-fé, levantar a exceção do “domínio reservado” do Estado em detrimento da ação dos órgãos internacionais competentes em matéria de proteção dos direitos humanos, o que estaria certamente fadado ao insucesso.

A conclusão que se chega é que o sistema de proteção internacional dos direitos humanos das Nações Unidas não ameaça a soberania nacional dos Estados, uma vez que o seu caráter de proteção é complementar e subsidiário, onde se reconhece primordialmente aos Estados a incumbência pela efetiva proteção dos direitos humanos. Apenas no caso deste não zelar pela proteção de tais direitos é que o sistema da ONU entra em ação como meio de se efetivar a proteção internacional desses direitos.

De outra banda, pode-se perceber que não há conceito mais alheio ao da proteção internacional dos direitos humanos que o conceito tradicional de *soberania*. São irreconciliáveis os conceitos de “soberania” e “direitos humanos”, o que implica necessariamente na abdicação ou afastamento daquela noção em prol da proteção dos seres humanos protegidos, a menos que se remodele o conceito para passar a dizer respeito à cooperação internacional dos Estados em prol de finalidades comuns.



Crise econômica e política de desenvolvimento nos países emergentes

Minoru Nakada*

A instabilidade cambial do real em relação ao dólar que estamos vivenciando e o acordo emergencial com o FMI de 30 bilhões de dólares, demonstrou que o Brasil ainda continua vulnerável ao capital especulativo, existindo o temor de que o próximo presidente não tenha capacidade para manter o País no rumo da estabilidade e o crescimento, decretando a moratória da dívida interna e externa, podendo vir a trilhar os passos da Argentina com o confisco de depósitos bancários. Entretanto, apesar desta recente crise econômica, a situação brasileira é diferente da Argentina e o País demonstrou que está em melhores condições do que a crise de 1999, onde foi forçado a fazer uma mudança drástica na política monetária com a desvalorização cambial, elevação das taxas de juros e aumento dos impostos, além do empréstimo do FMI. Nesse sentido, o que falta para que a moeda brasileira fique menos vulnerável aos ataques especulativos e não precise mais do socorro do FMI?

Em momentos de forte instabilidade cambial, a firme ação do Banco Central é imprescindível, podendo aumentar a taxa de juros (que irá elevar o endividamento público) ou intervir no mercado com a venda de dólares. Entretanto, quando o País não dispõe de reservas internacionais suficientes para intervir no mercado e ao mesmo tempo honrar as dívidas, fica sujeito ao ataque do capital especulativo. Nesse sentido, é imprescindível que o País acumule divisas em moedas fortes para poder ter condições de honrar as dívidas e intervir no mercado cambial para defender a moeda da casa. Mas, qual a política que os países emergentes com alto endividamento público e baixa reserva internacional com déficit nas

transações correntes poderão tomar?

A alternativa nestes momentos são poucos e de certa forma óbvios. Em primeiro lugar, a diminuição dos gastos públicos e a tentativa de tornar mais eficiente o sistema de arrecadação tributária com fins de gerar superávit no orçamento estatal. Nesse sentido, o Brasil implementou as reformas neoliberais como a reforma administrativa, previdenciária, orçamentária, privatizações, tendo inclusive inovando na área de responsabilidade fiscal, buscando estruturar um governo enxuto e eficiente na prestação de serviços públicos, passando a ser um agente fiscalizador e não mais de empreendedor. Isto permitiu a diminuição dos gastos públicos, o que acarretou outrossim a diminuição da carga tributária sobre a sociedade que outrora era atormentado também pelo imposto inflacionário. Entretanto, existe ainda a necessidade de ser implementada a reforma tributária para tornar o sistema de arrecadação fiscal mais eficiente e racional, melhorando assim de forma considerável os fundamentos macroeconômicos do País.

Em segundo lugar, o aumento do superávit no saldo da balança comercial de modo que as exportações sejam consideravelmente superiores às importações com fins de elevar as reservas internacionais, sem que contudo haja desabastecimento ou deterioração do mercado interno como aconteceu no período do regime militar, visto que poderá gerar inflação galopante. Nesse sentido, o Taiwan serve de exemplo, pois implementou uma política industrial para desenvolver produtos nas áreas de tecnologia de ponta a um custo acessível, aproveitando-se da mão-de-obra barata e do desenvolvimento de um alto nível educacio-

* Professor de Direito Internacional do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e mestre em Direito Internacional Público e Econômico pela Universidade de Kyoto.

nal da população, incrementando a competitividade destes produtos no mercado internacional, contribuindo para aumentar as exportações e o superávit na balança comercial. Incentivou outrossim o crescimento das pequenas e médias empresas. Assim como o Japão, o Taiwan não dispõe de reservas naturais ou de grandes áreas cultiváveis, o que fez gerar a necessidade de investir em capital humano para desenvolver o setor secundário, isto é, o industrial e o setor terciário de serviços para dar solidez à economia nacional. O Japão têm consolidado a sua economia através de sucessivos superávits na balança comercial, justamente porque conseguiu elevar a qualificação dos recursos humanos e ter implementado uma política industrial bem sucedida com a criação e o desenvolvimento de grandes conglomerados empresariais que conquistaram mercado no mundo todo. A Cingapura e Hong Kong (este, antes da devolução para os chineses) também atingiram um alto grau de desenvolvimento com o sucesso na implementação de uma excelente política educacional e o desenvolvimento de comércio de serviços invejáveis, tornando-se um dos maiores centros financeiros da Ásia juntamente com Tóquio. No que tange às reservas internacionais, vale ressaltar que a China mantém hoje o maior caixa do planeta com cerca de 200 bilhões de dólares (metade proveniente de Hong Kong), o Japão com cerca de US\$ 120 bilhões e Taiwan em terceiro com US\$ 80 bilhões.

O caso brasileiro é peculiar, visto que o País possui grandes riquezas naturais e uma grande área

“Entretanto, a formulação de uma política educacional e industrial equilibrada e condizente com as características nacionais (incentivando por exemplo a área de tecnologia da informação e biotecnologia) de maneira que haja uma continuidade destas ações, poderiam dar um impulso ainda maior para melhorar a competitividade dos produtos da “marca Brasil” para conquistar novos mercados externos e incrementar as exportações brasileiras.”

cultivável, o que demonstra uma vocação no setor primário da economia. Nesse sentido, a exploração de recursos naturais de forma sustentável seria fundamental para ser a base do desenvolvimento da economia nacional. Ainda, uma melhor qualificação do homem do campo, poderia levar o Brasil à uma posição de vanguarda no setor agrícola, beneficiando não apenas a exportação brasileira mas também a economia da região interiorana e o abastecimento interno, podendo contribuir também para frear o fluxo migratório às grandes metrópoles e melhorar a qualidade de vida da população mais carente.

Entretanto, a formulação de uma política educacional e industrial equilibrada e condizente com as características nacionais (incentivando por exemplo a área de tecnologia da informação e biotecnologia) de maneira que haja uma continuidade destas ações, poderiam dar um impulso ainda maior para melhorar a competitividade dos produtos da “marca Brasil” para conquistar novos mercados externos e incrementar as exportações brasileiras. Isto aumentará as reservas internacionais do governo, dando melhores condições de negociar e pagar a dívida interna e externa, além de intervir no câmbio, evitando assim ficar vulnerável a ataques especulativos dos investidores vorazes, criando-se um círculo virtuoso de desenvolvimento.

O Brasil possui hoje cerca de 40 bilhões de dólares em reservas internacionais, o que está sendo insuficiente para tranquilizar os investidores

internacionais e manter a credibilidade da moeda nacional, precisando assim ainda de um reforço neste caixa através das medidas salientadas acima, para que não precise mais ficar dependente dos investimentos e empréstimos interno e externo e da ajuda financeira do FMI.

Todo este esforço tem como escopo melhorar o padrão de vida da população gerando emprego e renda, mas exigirá sacrifícios e comprometimento da sociedade para a construção de uma nação economicamente saudável e longe de crises que

atormentam ainda a vida de milhares de pessoas nos países emergentes. Outrossim, o aumento da credibilidade trará ao Brasil melhores oportunidades para exercer a sua política de relações exteriores e desempenhar um papel de liderança no Mercosul e na América Latina, dando passos importantes para a implementação de uma união econômica e monetária, o que trará maior estabilidade econômica para a região. Ainda, o País estará mais preparado para a Alca, o acordo comercial com a União Européia e terá uma melhor inserção mundial nas negociações da OMC.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Brasil: R\$ 30,00

Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

Equações Regionais: De Saddam à ALCA

Cristina Soreanu Pecequilo*

Uma das políticas mais conhecidas e comentadas da presidência Bush é certamente sua atitude com relação a Saddam Hussein e o Iraque¹. Declaradamente, Saddam Hussein é inimigo dos EUA e seus aliados, sendo apresentado como uma ameaça central à paz e à estabilidade regional e global. Hussein, cuja permanência no poder deve ser evitada, independentemente dos meios que eventualmente forem utilizados para isso, compõem, como sempre nos lembram os republicanos, um Eixo do Mal contra o mundo livre, fomentando coalizões anti-americanas e ocidentais com outros Estados bandidos. Mais ainda, Saddam Hussein é sempre mencionado como podendo ser responsável por eventos que atinjam os interesses americanos.

Com isso, o Iraque já foi acusado de participar dos atentados de 11/9 ao lado de Bin Laden (e nos anteriores às embaixadas na África e ao WTC), na fomentação de novos planos de ação contra o território e cidadãos americanos, de financiamento de ações terroristas e dos grupos fundamentalistas radicais e de disseminar os esporos de antraz pelos EUA. Até o momento, as medidas de contenção do Iraque estabelecidas pela comunidade internacional, os embargos comerciais, o controle das vendas de petróleo e sua troca por alimentos e medicamentos e as inspeções do programa de armamentos de destruição em massa do país pelas agências da ONU² tem se mostrado ineficientes para coibir ações agressivas. Elas apenas permitiram ao Iraque “ganhar tempo” para reconstruir seus arsenais, havendo a piora da situação interna com a recondução (novamente) de Saddam Hussein ao poder que ocupa a mais de duas décadas.

Segundo as principais vozes dos falcões americanos Cheney e Rumsfeld, Hussein conta com a conivência e inércia do ocidente, devendo ser barrado o quanto antes. Assim, nada mais do que justificado do que colocar Saddam no topo da lista de prioridades americanas e de buscar meios que assegurem a sua destituição do poder.

Embora não possamos negar a existência de posturas anti-americanas da parte de Saddam Hussein, ou mesmo sua intenção de reforçar sua hegemonia local, o Iraque, hoje, representa apenas uma parcela do desafio estratégico que se apresenta para os EUA na região. Além do Iraque, outros pilares sensíveis devem ser levados em conta: a Arábia Saudita, o Irã e os tradicionais dilemas Israel e Palestina. Dentre estes, o elemento saudita pode ser apontado como o mais paradoxal já que se trata de um país com o qual os EUA manteriam relações diplomáticas e econômicas positivas sendo definido como um parceiro. Todavia, nos últimos anos, o relacionamento começou a se deteriorar, acentuando-se as tensões pós-11/9. Embora os EUA acusem a comunidade internacional de conivência com o Iraque o que, em parte, teria permitido a crescente agressividade e confiança de Saddam Hussein, postura similar foi reproduzida por eles mesmos com os sauditas.

Apesar da aliança militar e econômica saudita-americana (sustentada em uma realidade de dependência mútua de petróleo por parte do ocidente e de divisas por parte dos sauditas), posturas anti-EUA e anti-Israel sempre estiveram presentes na Arábia Saudita. Igualmente, trata-se de um regime dos mais fechados política e religiosamente, e que dificilmente

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

¹ O tema foi abordado previamente em artigo anterior desta coluna: “Mudanças em Curso (I): O Iraque”

² Inclusive, uma das principais razões que teria levado os EUA a pressionarem pela saída de Bustani da presidência da OPAQ seria a forma como o diplomata brasileiro estava negociando com o regime iraquiano a volta destas inspeções.

passaria pelos padrões americanos de democracia. Dados recentes, divulgados pelos próprios serviços de inteligência americanos indicam que diante da crise econômica tem ganhado espaço as tendências mais radicais do Islã, havendo uma crescente insatisfação com as políticas dos EUA, consideradas excessivamente pró-Israel. Estes dados também sugerem que parte dos recursos enviados pelos EUA ao país tem servido como financiamento das atividades terroristas da Al-Qaeda (Bin Laden e os alguns dos terroristas que teriam levado a cabo os atentados de 11/9 eram de origem saudita) e de outros grupos.

Adicionalmente, os problemas da transição política doméstica, com o afastamento do Rei Fahd e o governo interino do Príncipe Abdallah também indicam disputas internas pelo poder, assim como discordâncias quanto à importância do relacionamento com os EUA. Apesar de anúncios oficiais de ambas as partes que reafirmam a amizade e compromisso entre os dois países, na prática, não existe um alinhamento imediato entre as posturas externas de EUA e Arábia Saudita, havendo, por parte desta, demonstrações de insatisfação e autonomia. Neste sentido, encontram-se as pressões nas disputas Israel e Palestina³ e, recentemente, o anúncio oficial por parte do governo saudita de que não permitirá a utilização de seu território e das instalações militares nele situadas para uma operação contra Saddam Hussein. Em resposta, os

“A comunidade internacional, à exceção do governo britânico, não demonstra interesse em apoiar as ações militares americanas no Iraque, preferindo o curso de ação diplomática e operações políticas e de inteligência defendido pela Secretário Collin Powell e alguns setores moderados do exército americano e da CIA (a ofensiva militar seria utilizada como último recurso, preferindo-se uma transição gradual e lenta).”

EUA sinalizaram com uma transferência de suas operações para o Qatar e o Kuwait.

Outro Estado pivô a ser considerado e que também mantém uma relação complexa com os EUA é o Irã. Segundo informações recentes, apesar das tensões ainda existirem, tem se intensificado uma cooperação secreta na guerra anti-terror revelada na prisão de refugiados afegãos no território iraniano e sua entrega para a Arábia Saudita. Mesmo que distante das promessas de reaproximação iniciadas no governo Clinton que visavam dar maior sustentação à administração reformista do presidente Khatami, antes definido por Washington como o “Gorbachev do Oriente Médio”, estes contatos podem abrir caminho para novas negociações. No Irã de hoje tradição e modernidade se chocam e seus rumos se encontram indefinidos. Esta indefinição poderia levar a uma nova transformação local caso positivamente capitalizada pela política dos EUA, reengajando o Irã a sua órbita de influência. Porém, falta à estratégia americana esta dimensão mais construtiva, predominando um curso de confrontação que sugere um interesse maior em desestabilizar e enfraquecer os governos locais não americanos. Com a derubada eventual destes governos, os EUA se dedicariam a forçar um alinhamento regional que contemple sua prioridade de fortalecer sua posição no Oriente Médio e Ásia Central visando principalmente o con-

³ A retirada das tropas israelenses de Belém, assim como a indicação do governo Sharon de arrefecimento das operações militares, podem ser interpretadas de duas formas: uma sinalização aos EUA e aos demais interlocutores internacionais de uma vontade política de negociar diante do impasse e esgotamento da situação ou um resultado de uma pressão direta dos EUA como forma de continuar agregando apoio na região para sua operação no Iraque, “limpando a agenda”.

trole das reservas energéticas da Eurásia e uma pressão direta para contenção da Rússia e sua inclusão no ocidente.

Considerando-se a posição russa, pode-se observar que a sua inclusão como parceira especial na OTAN não representou, como afirmaram rapidamente alguns analistas, o seu definitivo pertencimento ao oeste. Mesmo após as objeções americanas em reuniões de Cúpula Bush-Putin sobre acordos deste país com a China e, principalmente, sobre os contatos e acordos formais estabelecidos entre a Rússia e os membros do Eixo do Mal, Irã, Iraque e Coreia do Norte, não houve uma mudança de curso. A despeito de seus problemas econômicos e deficiências estruturais internas, a Rússia tem reforçado a busca de uma política externa autônoma e pragmática, fortalecendo sua posição de barganha.

No caso do Irã, já se encontra formalizada e em andamento uma cooperação de cunho científico, com ênfase no setor nuclear, com a instalação de reatores e transferência de tecnologias sensíveis (contatos similares neste campo também ocorrem entre Rússia e China). Com o Iraque, estão sendo concluídas negociações para o estabelecimento de um pacto econômico de U\$ 40 bilhões, no qual estariam incluídos o incremento de trocas comerciais e contratos para a modernização e recuperação da infra-estrutura iraquiana a serem empreendidos pelos russos. Por sua vez, o relacionamento com a Coreia do Norte tem privilegiado a intensificação de contatos diplomáticos. Recentemente, além disso, a Rússia anunciou para 2003 uma revisão de sua política econômica, o que implica a reestruturação dos termos de seu acordo com o FMI estabelecido na crise de 1997/98.

Como se pode perceber, as ramificações estratégicas das questões iraquianas são bastante extensas e envolvem diversos países, não se restringindo a

Hussein. Porém, ele ainda é o ponto inicial das operações, havendo uma crescente mobilização retórica e logística americana que indicaria um status de prontidão das tropas dos EUA para uma nova ofensiva. Neste contexto, a presidência americana nega oficialmente a existência de um cronograma para atacar o Iraque, afirmando que nenhuma decisão será tomada sem uma consulta prévia ao Legislativo e aos aliados americanos e sem a avaliação equilibrada das informações disponíveis sobre os avanços de Hussein (o que não significaria que os EUA não estariam prontos para a guerra a qualquer momento). Em termos destas consultas, e apoio das forças internas e externas existe uma situação dupla: o público e o congresso apoiam a operação militar no Iraque desde que comprovada sua necessidade real para a segurança nacional e a campanha anti-terror (o apoio diminuiu consideravelmente se a operação é colocada como um evento isolado que viria a resolver problemas pendentes de 1991). Contudo, a percepção é bastante distinta fora dos EUA, havendo também divergências dentro do governo entre as linhas Powell e Rumsfeld, tradicionais desta administração.

A comunidade internacional, à exceção do governo britânico, não demonstra interesse em apoiar as ações militares americanas no Iraque, preferindo o curso de ação diplomática e operações políticas e de inteligência defendido pelo Secretário Collin Powell e alguns setores moderados do exército americano e da CIA (a ofensiva militar seria utilizada como último recurso, preferindo-se uma transição gradual e lenta). Dentro desta estratégia, os EUA promovem encontros entre diversas facções da oposição iraquiana, destacando o seu crescimento e fortalecimento, em contraponto a um suposto enfraquecimento de Saddam⁴. Por seu lado, o Iraque explora os temores desta comunidade internacional, buscando apoios

⁴ Em 20/08/2002 uma nova facção anti-Hussein, a Oposição Democrática Iraquiana, invadiu a embaixada do Iraque na Alemanha exigindo a destituição de Saddam Hussein. Dentre os grupos mais conhecidos, e que estão recebendo ajuda americana e participando destas reuniões com membros do governo dos EUA, encontram-se o Acordo Nacional Iraquiano, o Conselho Supremo para a Revolução Islâmica, o Partido Democrático do Curdistão, o Congresso Nacional Iraquiano e a União Patriótica do Curdistão.

como a já mencionada aliança com a Rússia e intercâmbios frequentes com as diplomacias chinesa e européias.

A maioria dos países teme uma alta exagerada nos preços do petróleo em um cenário econômico mundial já marcado pela recessão. Além disso, existem receios quanto às implicações político-estratégicas de um novo enfrentamento. Uma “nova guerra”, deve-se destacar, seria uma versão *light* da Guerra do Golfo de 1991, conforme cenários analisados recentemente pela revista *Time*⁵. Nesta mesma linha, outras opções militares consideradas, as preferenciais da ala conservadora do governo (Cheney e Rumsfeld) seriam a invasão terrestre do Iraque e uma versão definida como “Afeganistão revisitado”. Nesta hipótese, além das atividades militares a serem empreendidas conjuntamente por tropas americanas e britânicas, haveria uma associação com as forças de oposição a Saddam Hussein, ajudando-as e armando-as como feito com a Aliança do Norte. Por enquanto, as opções continuam em aberto, devendo-se aguardar o posicionamento de Bush e sua equipe.

Em termos financeiros, o auge da crise de credibilidade das empresas e as concordatas das grandes corporações parece ter sido ultrapassado, não surgindo recentemente nenhum grande escândalo. Adicionalmente, o mercado em Wall Street tem registrado oscilações positivas, assim como se divulgam indicadores de decréscimo do desemprego e recuperação dos níveis de confiança internos. Todavia, esta “boa fase” alardeada pelo governo é percebida pela maioria dos analistas como artificial, não tendo sido atacados os fundamentos dos problemas anteriores. Por outro lado, este princípio de reequilíbrio interno foi acompanhado por novas orientações no campo externo, destacando-se a aprovação do empréstimo do FMI ao Brasil (e o prosseguimento das negociações com a Argentina e o Uruguai) e, finalmente, a concessão da autoridade de promoção comercial (TPA)

a George Bush depois de mais de um ano de negociações.

No que se refere à TPA, o projeto final aprovado pelo Congresso e sancionado por Bush, estende-se além da mera concessão da via rápida à presidência. Tal projeto contempla reivindicações prévias do Legislativo, que foram essenciais no processo de aprovação da lei, prevendo-se um programa de dez anos (e U\$ 12 bilhões de investimentos) para ajudar trabalhadores de setores que serão afetados negativamente por acordos comerciais. Igualmente, a lei inclui a manutenção de um relacionamento comercial preferencial com as nações andinas, em especial a Colômbia, como forma de ajudar o combate ao tráfico de drogas, somado aos recursos de ajuda financeira e militar existentes. Além disso, o acordo ainda permite brechas para uma atuação decisiva do Legislativo caso sejam identificados nos acordos firmados pela presidência ameaças ao interesse nacional americano.

Deve-se destacar que a concessão da TPA a Bush neste momento é crucial para as negociações da ALCA que, em 2003, entram em sua fase decisiva. Inicialmente, a previsão é de que até Julho do próximo ano sejam definidos o formato e o desenvolvimento do acordo, tendo em vista a conclusão do processo até 2005. Além disso, outras questões prioritárias serão as discussões relativas à propriedade intelectual, a abertura do setor de serviços e as compras governamentais. Assim, os EUA já entram nesta rodada de conversações amparados por um poder adicional, contando ainda com a crescente fragilidade econômica da América Latina, e suas iniciativas como o Mercosul. Depois da Argentina, a crise financeira atingiu outros países da região como Uruguai e Brasil, forçando a novos contatos com o FMI.

Tais contatos, inicialmente, não tiveram o apoio americano, havendo inúmeras declarações do Secretário do Tesouro Paul O’Neill que novos empréstimos não seriam concedidos a estes países. Poucos dias

⁵ *Time*, UOL Mídia Global, 05/08/2002

depois, contudo, o FMI, com o apoio dos EUA, liberou um novo financiamento ao Brasil, que também foi visitado pelo mesmo Paul O'Neill que, desta vez, elogiou a performance do país (em mais um episódio das contradições do governo republicano). É necessário destacar que este empréstimo representa um elemento adicional de vulnerabilidade para a economia brasileira e que não ataca as raízes da crise. Tais raízes levam as economias dos chamados mercados emergentes a continuar suscetíveis a estes desequilíbrios, permanecendo os diversos impasses associados à globalização e a seus paradigmas econômicos e financeiros. Por fim, devemos nos lembrar que em 2003 estas negociações com os organismos internacionais, assim como a agenda do Mercosul e da ALCA, deverão ser enfrentadas por um novo governo e congresso nacional, em uma época de transição política.

Seja nas Américas, como no Oriente Médio, na Europa ou na Ásia, entre amigos e inimigos, a hegemonia continua a projetar-se unilateralmente por meio de táticas econômicas, políticas ou militares. Tais táticas, muitas vezes, possuem oscilações extremas que revelam falta de firmeza e coerência, e que são causadas por fatores diversos como a passagem do tempo e a volatilidade dos acontecimentos... Estes ajustes, mais do que mudanças normais de curso são, por sua falta de consistência e imprevisibilidade, prova e resultado da disputas intragabinete e deficiências da administração Bush. Neste contexto, mais do que nunca, cresce a expectativa na comunidade internacional, e entre os próprios americanos, para descobrir de que forma, e em qual escala, os EUA "comemorarão" o primeiro aniversário de 11 de Setembro.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial:

Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e Edit. Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br – 9956-1028

A CPLP – tanto inútil quanto desnecessária?

Wolfgang Döpcke*

Encerrou-se, no dia primeiro de agosto, mais um ilustre encontro da cúpula da CPLP – Comunidade dos Países de Língua (oficial) Portuguesa, desta vez em Brasília, dando ampla oportunidade de projeção à política (e academia) brasileira, especialmente ao Presidente da República que, neste momento oportuno, destacou-se por mais um episódio da sua incansável poesia contra o sistema financeiro internacional. Além de servir como palco da luta contra a alta do dólar, a reunião de Chefes de Estado dos países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) decidiu cooperar no combate à epidemia da AIDS, cooptar o Timor Leste como oitavo membro oficial do grupo e facilitar o fluxo migratório entre os países, porém, como foi decididamente afirmado, sem correr o risco de atrair uma multidão africana para o Brasil.

A CPLP, criada em 1996 sobre as ruínas do antigo império português, é realmente um fenômeno muito enigmático. Parece tão fantasma que nem a academia e a imprensa brasileiras a consideram como um válido objeto de um profundo e crítico esforço intelectual. Em vez de chamá-la pelo seu nome, lamenta-se mais pela falta de dinâmica e pelo fato de que *ainda* não tenha achado o seu rumo. Presente fraco – futuro glorioso, seria o lema.

Entretanto, pensa-se aqui, que exatamente esta fraqueza no seu desempenho até agora está trazendo uma grande oportunidade de questionamento, não por uma perspectiva íntima da diplomacia mas por um olhar crítico distante que coloca em dúvida a *raison d'être* do inteiro empreendimento. Enfim, do que se trata? Seria um ultramoderno projeto multilateral – diriam os seus apologéticos – que vincula vertentes verticais e horizontais (Portugal e Brasil como países industrializados (?) e economicamente fortes com países da categoria LLDC da África e agora também da Ásia). O objetivo seria o desenvolvimento de projetos comuns, privilegiando itens culturais, e a harmonização da postura internacional. Ninguém poderia votar contra objetivos tão nobres. Entretanto, os custos deste exercício multilateral parecem altos, pelo menos para os países africanos e para Timor Leste.

Seria um projeto de reafirmação internacional via língua e cultura por parte de Portugal, que depois de 20 anos de auto- e eurocentrismo, está redescobrando a sua vocação mundial. Seria um projeto cultural, intimamente entrelaçado com interesses econômicos e questões de prestígio político, que não somente projeta a importância de um país através da divulgação da sua língua, mas que ao mesmo tempo desenterra velhos mitos sobre a presença por-

“Certamente, sob as perspectivas portuguesa e brasileira, a CPLP faz um certo sentido, porém muito limitado para última parte, cujo interesse pelo continente africano se encontra em constante declínio, após ter experimentado seu apogeu nos anos Geisel. Mas, quais seriam os interesses dos países africanos e de Timor Leste em investir na lusofonia?”

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

tuguesa no ultramar, especificamente a tese do não-racismo do colonialismo português, defendida por Gilberto Freire. O Brasil teria se reunido a esta cruzada portuguesa para primeiro, não perder a influência; segundo, porque corresponderia à sua abordagem multilateral na política internacional e terceiro, porque não custaria muito.

Certamente, sob as perspectivas portuguesa e brasileira, a CPLP faz um certo sentido, porém muito limitado para última parte, cujo interesse pelo continente africano se encontra em constante declínio, após ter experimentado seu apogeu nos anos Geisel. Mas, quais seriam os interesses dos países africanos e de Timor Leste em investir na lusofonia? Devem ser poucos, estamos sugerindo. A língua portuguesa, embora sendo uma certa realidade, representa muito mais um obstáculo para o desenvolvimento e para a inserção internacional, especialmente regional, destes países, do que propriamente ajuda. A língua portuguesa, na África e em pequenas partes da Ásia, é uma herança colonial muito problemática. Em função da natureza dependente do colonialismo português no século XIX, este não conseguiu conquistar grandes áreas geograficamente consolidadas mas criou ilhas lusófonas num mar inglês e francês. Além disto, o uso da língua de Camões restringiu-se a um pequeno grupo de africanos urbanizados e ocidentalizados, que depois liderava ideologicamente as alas vencedoras do nacionalismo e formou a classe dirigente nos países independentes. O português nunca chegou a ser uma língua verdadeiramente nacional, como no Brasil, e esta língua também nunca construiu, fora da pequena elite ocidentalizada, um sentimento de identidade nacional. Ainda hoje, poucas pessoas em países como Guiné-Bissau ou Timor Leste são alfabetizadas em português. A elite educada sempre viveu uma relação tensa de amor e ódio com o português e sua cultura. De um lado, era a língua e a cultura do opressor. De outro, foi exatamente o português que lhe deu a chave para entender o mundo e o colonialismo e que lhe serviu

como instrumento para articular o seu protesto. Sobreviveu o amor numa mistura de sentimentalismo, identidade social, projeto modernizante e utilidade prática. Perdeu-se a grande oportunidade de, com a vitória dos nacionalismos em meados dos anos 1970, não somente superar a dominação política portuguesa, mas também de questionar a herança cultural e lingüística. Parece que o Timor Leste, onde o Português é até mais raramente falado do que em alguns países lusófonos da África, está atualmente perdendo a mesma oportunidade.

Por que repensar a língua oficial? Porque, em primeiro lugar, o português não caiu espontaneamente do céu africano, mas fazia parte de um amplo projeto tanto de dominação quanto de exclusão. É algo “estrangeiro” que não se enraizou profundamente nas sociedades. Ainda mais, é um instrumento de comunicação mas que impede a própria comunicação no contexto regional dos países, um contexto que cresce muito em importância, ao contrário das relações com a ex-metrópole. Para um país como Moçambique, o português como língua oficial representa desvantagens, custos e muito aborrecimento no ambiente regional da África Austral, onde todos os outros países são anglófonos na sua língua oficial. Moçambique, que tem a África do Sul como seu principal parceiro econômico (atualmente recebe deste país 40% das suas importações e exporta 15% dos seus produtos para lá – compare isto com os 8% e 4% respectivamente de Portugal) e que está construindo na SADC – que é efetivamente anglófono – instituições regionais, perde muito, não somente economicamente, com a sua lusofonia. Guiné-Bissau se encontra em uma situação parecida, com os seus vizinho francófonos, e o Timor Leste vai enfrentar as mesmas dificuldades. Sem falar de um lugar como São Tomé e Príncipe e a sua relação com a Nigéria.

O português, além de atrapalhar o processo de integração regional, também não é, como se sabe bem, um instrumento lingüístico adequado para se comunicar no mundo globalizante.

Não se argumenta aqui que os países lusófonos e Timor Leste devem abandonar de repente o Português como “língua oficial”. Isto, certamente, não seria desejável nem praticável. O problema se coloca muito mais como uma questão de caminho e direção na política cultural e lingüística destes países. Uma vez que qualquer língua europeia seria “importada” e “artificial” em relação à cultura e sociedade autóctonas, e uma vez que as vantagens do português como língua já estabelecida são muito relativas, seria do inte-

resse dos países o desenvolvimento de estratégias de longo prazo para substituir a fala de Camões por um idioma que permita uma melhor inserção e comunicação no contexto regional. Lamentavelmente, o espírito e a prática da CPLP leva os países africanos e o Timor Leste ao caminho contrário, a uma direção que serve mais aos interesses de Portugal e que torna os países africanos mais uma vez em objeto de um desenho imperial, cujas armas são agora os poemas e a lírica.



Dorian Gray ou Terceira Via europeia: a derrota da esquerda francesa

Virgílio Caixeta Arraes*

Uma das conseqüências do fim da Guerra Fria foi o fim do comunismo como força política efetiva, em escala mundial. Atualmente, mesmo a China parece inclinar-se, do ponto de vista econômico, a um capitalismo de Estado – uma versão aprimorada das diretrizes industrializantes da América Latina, quando estimulada pela CEPAL. Os países ainda comunistas – Cuba, Coreia do Norte e Vietnã – não são considerados alternativas inspiradoras factíveis para os países do Primeiro Mundo. Assim, para este, haveria a alternativa social-democrata, que, para sobreviver perante a nova onda ideológica de cunho neoliberal, reformulou-se como Terceira Via, para “modernizar-se” no ambiente de globalização.

A Terceira Via, sinteticamente, adjectivar-se-ia como a fusão madura das qualidades do capitalismo e socialismo, sem arroubos de nenhum dos lados, proporcionando ao mundo todo inclusive uma nova era de paz e prosperidade, ao superar os radicalismos por que passou o planeta – principalmente a Europa – durante o século XX.

Esta bandeira seria empunhada, pois, pela esquerda “moderna”, principalmente a inglesa, que se proporia a corrigir notadamente as “preocupações

sociais em excesso” propostas tradicionalmente pela ideologia socialista. Além disso, ela recuperaria as “virtudes” do mercado, outrora estigmatizado, que proporcionaria competitividade e desenvolvimento, principalmente no tocante aos desejos de consumo da sociedade.

Não obstante, em cerca de uma década, o quadro é desolador: o pêndulo não permaneceu nem moderadamente à esquerda, mas vigorosamente à direita. A coexistência pacífica, pregada pela Terceira Via, entre as duas visões de mundo, transforma-se no domínio da esquerda pela direita, a qual, na melhor das hipóteses, torna aquela refém de seu ideário, quando não sua parceira próxima, o que leva inclusive à percepção de estarem seus representantes dentro do mesmo foco.

A humanização do capitalismo, visivelmente, falhou e boa parte da sociedade sente-se órfã, porque os partidos e grupos políticos que, outrora, representavam anseios de mudança democrática

e justiça social sustentam isto apenas no âmbito retórico, incapazes de se confrontar com o grande capital, cada vez mais especulativo, que se desliga mais e mais do mundo da produção.

Impossibilitada de apresentar e manter um projeto solidário do ponto de vista sócio-econômico,

“Impossibilitada de apresentar e manter um projeto solidário do ponto de vista sócio-econômico, a “nova” esquerda nasce sem viço, com o cansaço estampado em suas ações, o que provocaria decepção e indiferença, no melhor dos casos, no eleitorado e uma inquietação latente: se é para a esquerda governar como a direita, por que não entregar o poder logo à direita?”

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

a “nova” esquerda nasce sem viço, com o cansaço estampado em suas ações, o que provocaria decepção e indiferença, no melhor dos casos, no eleitorado e uma inquietação latente: se é para a esquerda governar como a direita, por que não entregar o poder logo à direita? Desta forma, praticamente, os governos da Terceira Via desmoronam, passando o comando de seus países a forças assumidamente conservadoras como foi o caso da Espanha, Grã-Bretanha, Áustria, Itália e, agora, a França, faltando a Alemanha apenas.

O caso francês é emblemático, porque a gestão do Partido Socialista era considerada a mais bem sucedida forma da Terceira Via, inclusive com medidas arrojadas, como a semana de 35 horas, que teria provocado a retomada do crescimento econômico. Todavia, o eleitorado francês, na eleição presidencial, considerou tímida ou insuficiente a atuação do governo e cravou o voto na (extrema) direita legítima. Ante a perplexidade do resultado no primeiro turno, o mais surpreendente: setores majoritários da esquerda, sob a guisa de evitar o fascismo explícito do candidato Le Pen, propuseram o voto a Chirac, sob a justificativa

de ser o menos ruim dos dois. Com isso, a deslegitimação da “nova” esquerda é completa, à medida que, politicamente, trabalha pela direita, ou, por sua versão mais suave, mostrando mais uma vez ao eleitorado que os dois pólos se unem, ainda que momentaneamente, é porque compartilham de espectros em comum.

Desta forma, com que legitimidade poderá a “nova” esquerda objetar medidas anti-sociais da nova gestão Chirac se o ajudou a eleger, não importa se com “restrições”? Com que autenticidade a “nova” esquerda poderá apresentar-se como diferente se solicitou apoio à direita, mesmo que alegue que a de Chirac era mais moderada que do que a outra, a de Le Pen?

O périplo francês mostra, de forma extrema, a que ponto chegou a “nova” esquerda europeia que, desfigurada e desacreditada das aspirações democráticas, apesar de “remoçar-se” para renovar-se, tornou-se, de pronto, velha e fatigada, assemelhando-se ao célebre personagem de Oscar Wilde, Dorian Gray, que foi imortalizado em romance do mesmo nome no final do século XIX.

